

**FILOLOGIA:
UMA CIÊNCIA ANTIGA E UMA POLÊMICA ETERNA (II)**

Exedito Eloísio Ximenes (UECE)
eloisio22@hotmail.com

[Continuação do número anterior]

4. A tradição filológica no Brasil

Nesta seção refletiremos acerca dos estudos filológicos em nosso país, destacando algumas fases de seu profícuo desenvolvimento e os principais expoentes que contribuíram para sua divulgação.

Não sabemos ao certo quando teve início, no Brasil, a tradição filológica, pois enquanto colônia portuguesa as ideias de língua e de ensino eram muito incipientes. Apenas no século XIX houve uma conscientização mais segura a respeito da identidade brasileira, mesmo assim, podemos vislumbrar um contínuo da tradição portuguesa.

Nascentes (2003) classifica os estudos filológicos brasileiros em quatro etapas ou períodos: 1) período embrionário, 2) período empírico, 3) período gramatical e 4) período científico. Passaremos a ver cada um com maiores detalhes.

O primeiro período, denominado embrionário, vai desde o princípio da cultura brasileira até 1835, com a publicação do *Compêndio da Gramática da Língua Nacional*, de Antonio Alves Pereira Coruja. Vemos que perdura por todo o período colonial, ultrapassando a data da independência do Brasil. Caracteriza-se pela obediência às orientações portuguesas que, por sua vez, estavam aquém das perspectivas filológicas divulgadas na Alemanha por Diez, quando da aplicação do método histórico-comparativo. Nascentes questiona que tipo de cultura filológica teria o Brasil, se as ideias em pleno desenvolvimento em outros países da Eu-

ropa só foram divulgadas em Portugal 32 anos mais tarde?

O autor não especifica com precisão em que tempo começa essa cultura filológica brasileira. Sabemos do desenvolvimento tardio em se firmar uma sólida cultura no Brasil, no sentido de conhecimento acadêmico, polidez intelectual e sensibilidade de espírito investigativo, visto que nossa sociedade era predominantemente rural e atrasada no domínio das letras. As primeiras escolas implantadas na colônia foram conduzidas pelos missionários jesuítas e se sustentavam, sobretudo, na doutrina da fé cristã e no ensino de primeiras letras, com predominância da catequese e sistematização da língua tupi como fez José de Anchieta.

Quando pode ser definido o início de nossa cultura no sentido de refinamento intelectual e de domínio das artes e das ciências, especificamente, das ciências da linguagem? Que conhecimento filológico poderia existir no Brasil nos primórdios de nossa história? Faz-se jus à pergunta de Nascentes e sua resposta é contundente.

Se em Portugal, situado no continente supercivilizado, as doutrinas pregadas por Frederico Diez desde 1836 só foram introduzidas em 1868, isto é, trinta e dois anos depois, quando Adolfo Coelho publicou sua obra *A Língua Portuguesa*, como poderíamos nós, do outro lado do Atlântico, a tantos dias de viagem e com escassos meios de comunicação, ostentar pujante cultura em assuntos de filologia? (NASCENTES, 2003, p. 187).

Esse período inicial da filologia no Brasil se estende até 1835, quando já se firmavam opiniões e reivindicações para uma identidade linguística brasileira. Tradicionalmente, a data da introdução do período romântico de nossa literatura é 1836, quando a produção literária na ex-colônia decreta a independência cultural. Arroga-se a liberdade linguística e começa a se constituir as marcas do português do Brasil, sobretudo no léxico, que se enriquece com a introdução de elementos da cultura indígena na escrita dos poetas e prosadores. Até então, nossa produção literária seguia de perto os padrões portugueses. Os historiadores da literatura brasileira não são unânimes em sua classificação, dividem-na em uma fase colonial e outra nacional, passando por um período de transição, período esse anterior ao século XIX, conforme comenta Elia (2003).

Em relação ao ensino da língua portuguesa no século XIX, havia se distanciado da égide dos jesuítas, pois esses foram expulsos dos reinos de Portugal, em 1759, pelo primeiro ministro de D. José I, o conhecido Marquês de Pombal. A língua portuguesa se oficializara e o novo método de ensino havia sido implantado, mas ainda predominavam as parcas escolas de ensino de gramática latina. Somente no século XIX, no reinado

de D. João VI, foram criadas algumas cátedras isoladas para a formação de profissionais, assim surgiram os cursos de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808, e engenharia também no Rio de Janeiro, sob o comando da academia militar. Só em 1874 esse curso tornou-se independente dos militares. As cátedras de anatomia e cirurgia foram reunidas a outras, dando origem às academias de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia.

Em 1827, o imperador Pedro I acrescentou os cursos de direito em Olinda e em São Paulo, constituindo a elite dos cursos superiores brasileiros: medicina, engenharia e direito. Posteriormente estas faculdades isoladas tornaram-se universidades como conhecemos hoje, mas essa história teve um longo percurso.

A educação brasileira é marcada pelo ensino dos jesuítas, até sua expulsão em 1759 e o desmantelamento da estrutura educacional montada por esses padres da Companhia de Jesus é prejudicial para o Brasil, pois não há, de imediato, a substituição por outra organização do sistema de ensino da Colônia, que os padres jesuítas praticamente monopolizavam, por meio de seus colégios e das aulas de ler, escrever e contar. (ZANON; FACCINA, 2004, p. 80).

Bem ressalta Cunha (1994) que durante o período colonial, no Brasil, existiam poucos estabelecimentos de ensino primário e médio, quando comparamos com a América espanhola onde cedo foram criados colégios e universidades. Percebemos uma grande diferença entre o Brasil e os países vizinhos de origem hispânica no quesito educação. Enquanto nas colônias espanholas americanas existiam vinte e quatro universidades já no período colonial, no Brasil, o primeiro estabelecimento superior só foi fundado no século XIX, restrito a uma pequena parcela da população.

A formação acadêmica dos jovens brasileiros ocorria na Europa, especificamente em Coimbra, por todo o período colonial sob o patrocínio do governo português que oferecia uma espécie de bolsa de estudo para que os filhos dos ricos brasileiros se formassem. Foram esses que fomentaram o desejo de liberdade e de abolição da escravatura, que se destacaram na arte da palavra e que assumiram os comandos da nação após sua independência.

[...] no Brasil colonial existiram apenas uns poucos estabelecimentos de ensino primário e médio, e isso quase por milagre de certas ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas. Os que pretendiam uma instrução superior deviam seguir para Coimbra, onde estava sediada a universidade do império. (CUNHA, 1994, p. 19).

Conforme dados apresentados pelo autor, o auge da formação universitária dos brasileiros em Portugal ocorreu no século XVIII, em que 1752 jovens se formaram. No século XVI apenas 13 obtiveram formatura, no século XVII, 354 e no XIX, de 1801 a 1822, foram formados 339 brasileiros.

Não é de se admirar a grande distância entre as classes sociais no Brasil que intensificaram as diferenças no modo de falar dos seus habitantes. Poucos tinham conhecimento da norma padrão do português convivendo com a mistura de origem indígena e africana, e o resultado seria um português estratificado. Ainda segundo Cunha (1994), o Brasil entrou o século XIX com uma grande estratificação da língua e um vácuo enorme entre língua escrita e língua falada. Por um lado, as normas inflexíveis da gramática dos letrados eram seguidas, por outro, a língua adquirida se distanciava da transmitida.

A produção gramatical do século XIX, conforme estudos de Fávoro e Molina (2006), pode ser classificada em duas etapas: a primeira engloba as obras de orientação da gramática da língua geral, as quais não tratam de conteúdo relativo à língua portuguesa. Muito da produção gramatical com essa característica se enquadra nesse primeiro período filológico, tais como: a *Epítome da Grammatica Portugueza* de Antonio de Moraes Silva, 1806; *Breve Compêndio de Grammatica Portugueza* de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, de 1817, e a *Gramática* de Antonio Coruja que introduz o segundo momento histórico.

Neste contexto de pouca escolaridade, de distanciamento dos grandes centros desenvolvidos, de uma estrutura administrativa subordinada à boa vontade da metrópole, e esta, vale ressaltar, também passou por turbulências e crises de autonomia política. Diante de tudo isso, podemos perguntar que tradição nosso país pode nos legar dos seus primeiros anos de história no que diz respeito ao desenvolvimento de uma cultura filológica fixada nos modelos da milenar tradição desenvolvida pelos gregos? Vê-se, portanto, que não há muito que se falar, pelo menos nessa etapa inicial, da filologia no Brasil.

O segundo período de nossa história filológica, denominado de empírico, inicia-se em 1835 com a publicação do *Compêndio de Gramática de Língua Nacional* do brasileiro Antonio Coruja e se estende até 1881. Esse período é marcado pelas grandes discussões em torno da língua portuguesa, sendo uma delas a querela que se estabeleceu entre o cearense José de Alencar e o português Pinheiro Chagas por conta da pu-

blicação do romance *Iracema*, em 1865, em que o patricio português faz severas críticas à linguagem alencarina e a de todos os brasileiros, por pecados de erros gramaticais. No entanto, o propósito dos daqui é firmar uma nova norma brasileira liberta dos padrões europeus. Essa polêmica, afirma Elia (2003), foi denominada de questão da língua brasileira influenciada por dois importantes fatores: 1) a independência do Brasil, que permitiu aos brasileiros a liberdade dos cânones portugueses e 2) o movimento romântico, que fixava a cultura nacional na alma do povo.

O romantismo teve uma grande importância na vida do homem e das nações naquele momento do século XIX, por inflamar os sentimentos nacionalistas que formavam a base na constituição das novas nações. A manifestação desses sentimentos nas artes reflete o desejo de autonomia plena. A língua é a mais forte herança patrimonial de uma nação que fortifica a identidade de seu povo. O sentimento do romantismo acendeu o anseio de liberdade e afirmação em todos os sentidos, principalmente no linguístico.

Não se trata de simples querela entre literatos, mas de uma irrupção mais vasta, surto impetuoso de sentimentos e atitudes, algo assim como o nascimento de uma alma nova no velho corpo da civilização ocidental, que acendeu focos de outras luzes nos diferentes recantos espirituais da humanidade, o religioso, o filosófico, o científico, o literário, o político, o econômico, o social. (ELIA, 1963, p. 39).

A produção literária do Brasil atingiu grandes proporções e inaugurou-se a narrativa de numerosos romances, exaltando-se o espírito nacionalista com a presença marcante do indígena nas histórias romanescas, como também a paisagem rupestre do interior do Brasil, originando-se o romance regional com o uso de formas linguísticas dos grupos menos privilegiados.

Quanto à produção de obras sobre a língua, o período é fortemente marcado pela edição de compêndios gramaticais, e de outras obras que abordam discussões vernaculares, sobretudo em comparação com o português europeu. Surge a produção de dicionários e gramáticas tais como o *Dicionário Gramatical Português*, de José Alexandre Passos, em 1865; a *Gramática Portuguesa Filosófica*, de Ernesto Carneiro Ribeiro, a *Grammatica Portugueza*, de Augusto Freire da Silva, para citar somente alguns exemplos.

Neste período começam a ser criadas algumas instituições culturais no país, como o colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837, com padrão de ensino humanístico e reduto da hierarquia intelectual brasilei-

ra. Funcionou como um espaço de produção e divulgação da cultura nacional em todos os sentidos. Foi esse um grande centro para onde convergiam os intelectuais do nosso país que escreviam suas teses sobre a língua, propiciando discussões em torno de assuntos filológicos, linguísticos, literários e de todas as áreas do conhecimento. Foi também no século XIX a fundação do instituto histórico e geográfico brasileiro, em 1838 e da academia brasileira de letras, em 1897, instituições de alto padrão intelectual para o desenvolvimento das artes, das letras e das ciências humanas em geral.

O terceiro período da filologia brasileira, denominado de período gramatical, tem início em 1881 com a publicação da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, a qual quebra a rotina da tradição, conforme Nascentes (2003), e instala uma nova orientação que servirá de norma para outras gramáticas de publicação posterior. Por isso o motivo de chamar-se esse período de gramatical.

A data de 1881 coincide com a introdução do realismo/naturalismo no Brasil e o desenvolvimento de uma literatura suburbana em romance como *O Cortiço* e regionalista como *A Normalista*, por exemplo. A língua ganha aspectos rústicos na boca dos personagens, distanciando-se cada vez mais dos padrões europeus.

As gramáticas produzidas são de orientação das correntes científicas que têm pretensão de rompimento da tradição greco-latina e seguem os pressupostos da linguística histórica comparativa, conforme a classificação de Fávero e Molina (2006). Destacam-se desta época, além da *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, de 1881, responsável pela classificação do período, a *Grammatica da Língua Portuguesa* de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, 1894, a *Grammatica Portuguesa* de Alfredo Gomes, a *Grammatica Portuguesa* de João Ribeiro, de 1887, a *Grammatica Descritiva* de Maximino Araújo Maciel, de 1887, e a *Grammatica Portuguesa Practica* de Adélia Ennes Bandeira.

A produção linguística da época é vasta, proliferam-se muitas outras gramáticas e estudos filológicos. Destacamos os *Estudos Filológicos* de João Ribeiro e vários outros que versam sobre a língua escrita e surgem como resultados de teses para o colégio Pedro II. Introduce-se o estudo de fraseologia com o *Vocabulário e Locuções da Língua Portuguesa* de Guilherme de Alcântara Bellegarde, no ano de 1887. A lexicografia se faz presente na obra *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de An-

tonio Joaquim de Macedo Soares, 1888. Ampliou-se o interesse pelas questões da língua, surgindo vários nomes de destaque, como Heráclito Graça, que rebate o posicionamento conservadorista de Cândido de Figueiredo sobre questões de normas gramaticais. Mário Barreto é outro expoente da época com sua vasta obra discutindo várias questões linguísticas. É desse período a querela que se estabeleceu entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro a despeito da redação do código civil, em 1904, cujo foco girava em torno de pontos gramaticais. Surge o *Vocabulário Etimológico, Ortográfico e Prosódico das Palavras Portuguesas Derivadas da Língua Grega*, de Barão de Ramires, de 1907. Em 1908 saem as *Dificuldades da Língua Portuguesa* de Manuel Said Ali, obra importante por discutir problemas de entendimento de várias questões da língua, dentre elas, o caso dos clíticos. O autor lucidamente apresenta soluções plausíveis que ainda hoje são válidas e servem de referências sobre esse assunto.

São da mesma época os primeiros trabalhos de linguística histórica, como a *Gramática Histórica* de Carlos Eduardo Pereira, de 1916. Introduce-se a dialetologia com o *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral. Circulam de 1921 a 1935 a *Revista de Língua Portuguesa*, de 1924 a 1925 a *Revista de Filologia Portuguesa* e de 1931 a 1934 a *Revista de Filologia e História*.

A fundação de universidades e cursos de letras se encarrega do ensino e divulgação da filologia. Em 1934 ocorre a fundação da universidade de São Paulo com a faculdade de filosofia e letras, e o ensino de filologia portuguesa e filologia clássica se inicia no Brasil. A disciplina é ministrada por Rabelo Gonçalves, professor catedrático da universidade de Lisboa. Em 1937 foi fundada a universidade do Distrito Federal e o ensino de filologia na faculdade de letras passa a ser ministrado por professores franceses.

As pesquisas filológicas ultrapassam a língua clássica e a língua portuguesa, expandindo-se para as línguas indígenas com estudos sobre essas culturas. Vemos o grande avanço e a consolidação da filologia no Brasil com interesse em várias áreas da língua: no léxico, na sintaxe, nas variações diatópicas, na história, enfim, constituem um todo. As pesquisas e as discussões tornam-se amadurecidas e concretas.

O quarto período é denominado de científico e tem início em 1939 com a inauguração da faculdade nacional de filosofia da universidade do Brasil. Nesse período, a filologia se estrutura nas bases científicas e nos

lega um grande acervo de obras e estudos diversos sobre a língua e a literatura portuguesas que registram as várias manifestações da língua em todo o Brasil.

Elia (1963) também apresenta o percurso da filologia no Brasil com uma classificação dos estudos filológicos um pouco diferenciada da de Nascentes, quando divide a história filológica brasileira em apenas dois períodos e relaciona um número maior de estudiosos e suas obras. Segundo ele, o primeiro período se denomina vernaculista e vai de 1820 a 1880, limitando-se aproximadamente por duas datas importantes: a independência do Brasil, em 1822, e a publicação da gramática de Júlio Ribeiro, em 1881.

O segundo período denominado de científico divide-se em três fases: a primeira vai de 1880 a 1900, marcada pelas forças de renovação que prevalecem sobre as de conservação. Ainda é um período de transição, por isso conflituoso, pois a renovação se concentra na explanação gramatical, porém já procura imprimir fundamentos dos estudos linguísticos.

O autor divide esse segundo período em três gerações, nas quais se destacam conhecidos nomes até hoje citados e estudados nos cursos de letras das universidades brasileiras e fora do Brasil. A primeira geração é de 1900 a 1920. Destacam-se os nomes de João Ribeiro, Pacheco Júnior, Manuel Said Ali, Otoniel Mota e Heráclito Graça. Colocamos em destaque, sem menosprezar ninguém, a figura extraordinária de Said Ali para sustentação e maturidade nas pesquisas filológicas brasileiras. A segunda geração vai de 1920 a 1940. Os nomes mais salientes que destacamos são de Mário Barreto, Augusto Magne, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, José Oiticica e Clóvis Monteiro. Não podemos deixar de colocar em relevo o eminente estudioso Antenor Nascentes por sua contribuição incalculável para as pesquisas da língua portuguesa sobre as diversas nuances.

A terceira geração situa-se entre 1940 e 1960, nela estão cravados os nomes mais próximos a nós cronologicamente, como: Ismael de Lima Coutinho, Cândido Jucá Filho, Ernesto Farias, Matoso Câmara Jr., Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Mello, Rocha Lima, Silva Elia, Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Evanildo Bechara dentre outros.

São eles estimados e competentes mestres que sistematizaram diversos estudos da nossa língua nas diferentes áreas, contribuindo enor-

memente para a consolidação do conhecimento que temos hoje do português em todos seus aspectos. Deixaram-nos vultosos estudos e uma grande bibliografia incluindo dicionários etimológicos, manuais de filologia, gramáticas normativas e gramáticas históricas que nos orientam em nossas pesquisas atuais.

Não podemos deixar de enaltecer os trabalhos de alto gabarito dos autores citados anteriormente, os quais são sempre lembrados pela grande contribuição aos estudos da língua portuguesa. Esse grupo teve atuação na cidade do Rio de Janeiro, tradicional centro de desenvolvimento e divulgação do conhecimento à época, principalmente em se tratando de filologia. Contudo, não podemos nos esquecer de tantos outros filólogos espalhados pelo Brasil também deram sua contribuição para o desenvolvimento das ciências da linguagem, não obstante seus nomes não serem citados nos livros que abordam o tema. Infelizmente muitos ficaram reservados aos seus estados menos visíveis, mas o papel que desempenharam foi de grande relevância no ensino e na produção textual.

A partir da década de 1960 quando se introduz o ensino de linguística moderna nas universidades brasileiras, o estudo da língua portuguesa se direciona por caminhos diversos voltados para perspectivas diferentes, conforme a concepção de linguagem adotada pelas correntes que se formaram. A tradição filológica se restringe a poucos estudiosos que a mantêm. No momento atual, há um renascer da filologia no Brasil caminhando lado a lado com diferentes tendências linguísticas.

5. *Perspectivas atuais dos estudos filológicos no Brasil*

Desde o advento da linguística moderna no Brasil, no princípio da década de 1960, o desejo de novidades peculiares ao espírito humano e a atração do novo método de fazer ciência, somando-se a isso as novas leis da educação, fizeram com que a linguística conquistasse os corações dos professores e dos alunos das universidades, destronando décadas de predominância da filologia. Esta sobreviveu silenciosamente e, na última década do século XX, ressurgiu graças, mais uma vez, ao espírito humano apaixonado pelo passado das sociedades e dos fatos revelados nos velhos códices empoeirados até então resguardados nos acervos dos arquivos.

Poderíamos classificar o momento atual, para seguirmos Nascentes, de quinto período filológico ou seria uma continuação do período denominado científico, classificado por Sílvio Elia? Se optássemos pela

última denominação, poderíamos chamar de geração século XXI? Seja como for, as gerações atuais preenchem uma lacuna deixada pelos nossos antepassados, quando se voltam para os arquivos brasileiros, em busca de textos escritos nas antigas capitanias, nos quais são revelados dados mais longínquos de nossa história registrados no período colonial. A tônica não tem sido mais os textos literários, mas os de cunho oficial das várias instâncias da administração pública preservados nos arquivos públicos, nos cartórios, nos arquivos particulares, nas cúrias das igrejas e nos jornais mais antigos impressos em terras brasileiras.

Assim, a filologia continua com o papel devotado ao objeto primeiro de seu estudo que é o texto, a leitura e a edição dos mesmos, os comentários e à crítica textual. Com o advento da informática, o filólogo utiliza recursos sofisticados por meios de programas de computadores e de outras tecnologias para facilitar a pesquisa, melhorar as técnicas editoriais e ampliar a divulgação dos resultados por meios eletrônicos, como os sítios na internet. Desse modo, a prática dos estudos filológicos mantém seu caráter conservador, porém, mesclada com metodologias renovadoras.

Como representante do atual momento filológico, convém citar o grupo para a história do português brasileiro (PHPB), que, desde 1996, quando foi fundado, reúne pesquisadores de vários estados da federação, tendo em vista o levantamento e a edição semidiplomática de textos produzidos no Brasil colônia, visando à análise dos diversos aspectos da língua para estabelecer uma história da língua portuguesa escrita em solo brasileiro.

Ressalta Mattos e Silva (2001) o desejo do coordenador do grupo de elaborar um projeto geral para a construção de uma história do português brasileiro.

Também indicou que cada grupo das áreas geográficas brasileiras em que já se está pesquisando nessa direção se concentrasse na sua área e que identificasse um momento histórico relevante para a pesquisa, tanto a referente à constituição de um *corpus* diacrônico documental, como a referente à reconstrução de aspectos significativos da história social. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 275).

Como resultado da pesquisa no âmbito do PHPB, há trabalhos de recuperação e edição de textos, como *Cartas Baianas Setecentistas*, que compreendem textos escritos na Bahia, organizados por Lobo (2001), da Universidade Federal da Bahia. A obra *E os Preços Eram Cômodos... Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX* é uma publicação de

Marymarcia Guedes e Rosane de Andrade Berlink e compreende um registro de mais de quatrocentas páginas de anúncios de vários jornais brasileiros (GUEDES; BERLINK, 2000). Do projeto temático filologia bandeirante, com sede no estado de São Paulo, resultou a edição de uma série de textos da língua da época das bandeiras, começando pelo século XVII. Essa edição foi organizada pelos professores Heitor Megale e Sílvio de Almeida Toledo Neto (2005). As três obras foram publicadas pela série Diachronica da editora Humanitas, da Universidade de São Paulo.

Há textos sobre correspondências e outros gêneros da administração colonial, organizados por Barbosa (2003) e editados no estado do Rio de Janeiro, que acham disponíveis eletronicamente no site <http://www.letras.ufrj.br/phpb-rj/>, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ampliam o acervo de fontes para os estudos linguísticos e filológicos. Não podemos deixar de fora a participação do Ceará nessa história com a edição de documentos jurídicos, nomeadamente os *Autos de Que-rela e Denúncia* do século XIX, realizada por Ximenes (2006). Fachin (2008) editou documentos do século XVIII referentes ao estado de São Paulo; tais documentos compõem a coleção do projeto resgate. O autor faz uma edição semidiplomática adotando as normas estabelecidas pelo PHPB. A obra se enriquece com os comentários sobre os tipos de texto, as dificuldades de leitura e a sistematização do alfabeto selecionado dos manuscritos.

Outros trabalhos de edição de documentos da administração pública colonial surgiram no estado do Paraná, organizados por Aguilera e Vasconcelos (2007), referentes a manuscritos setecentistas da vila de Pernagoa, e por Aguilera e Baronas (2007), que compreendem manuscritos setecentistas e oitocentistas das vilas Goaratuba e Antonina. Os dois livros compõem-se, além da edição fac-similar acompanhada da edição semidiplomática, de uma contextualização histórica do estado do Paraná e das vilas onde os documentos foram escritos e, por fim, de um glossário que define termos correntes nos textos e que são desconhecidos do estado atual da língua portuguesa. É um trabalho de grande valia para o resgate da história do Brasil e, principalmente, da língua portuguesa, que amplia as pesquisas do grupo PHPB.

Fora do grupo do PHPB, destacam-se as pesquisas filológicas realizadas no estado da Bahia, tanto de edição de textos literários de autores baianos pouco conhecidos, como de textos não literários. Nesse segundo grupo, destacam-se os trabalhos da professora Rita Queiroz, da Universidade Estadual de Feira de Santana, e de seus alunos de iniciação científi-

ca que realizam estudos nos arquivos e cartórios da região, recuperando textos jurídicos, como autos de defloramento do recôncavo baiano. Relacionamos, ainda, duas obras de edição de documentos na Bahia, ambas editadas por Queiroz (2006 e 2007). Ainda desse estado, merecem destaque os textos teatrais escritos durante a ditadura militar brasileira, que vêm sendo editados e estudados por Rosa Borges dos Santos, da Universidade Federal da Bahia. Há ainda os trabalhos de recuperação e edição de textos pertencentes ao acervo do mosteiro de São Bento, coordenados pelas professoras Célia Teles e Alícia Duhá. Isso que vem sendo feito em vários estados brasileiros constitui apenas uma pequena amostragem dos estudos realizados ou em andamento no Brasil, no tocante às pesquisas filológicas. Muito outros estudos voltados para a análise linguística sobre vários olhares estão sendo desenvolvidos em formas de dissertações e de teses de doutoramento por todo o país, que demonstram o amor à filologia e confirmam seu retorno ao cenário nacional.

Outra atividade muito recente, que vem sendo aplicada pelos filólogos e estudiosos da literatura é a crítica genética, que está muito voltada para os textos literários e para os processos de produção de uma obra literária através dos vestígios deixados pelo autor: os rascunhos, as rasuras, anotações sobrepostas, riscos, substituição de palavras, enfim, tudo o que possibilita o processo de criação da escrita para se conhecer à gênese da obra. Observemos o verbete abaixo:

crítica textual aplicada a conjuntos complexos de manuscritos autógrafos (notas, esboços, versões transitórias, cópias a limpo e texto definitivo), com o objectivo de estudar e determinar o processo de gênese do texto neles escrito e reescrito, dando-se especial atenção aos aspectos materiais que a documentam (marcas de manipulação autógrafa). (GLOSSÁRIO..., 2007).

Para Brandão (2002) a crítica textual tradicional tinha como missão garantir a forma e a mensagem originais dos textos manuscritos para preservar sua integridade, visto que corria o risco de se perder por problemas naturais de conservação. A crítica genética moderna busca o mapeamento do percurso dos textos com todas as marcas para se chegar à sua gênese e ao processo criativo do escritor.

Se a crítica textual tradicional – penso especialmente no conjunto composto pela filologia e pela Edótica com suas ciências auxiliares: a Paleografia, a Diplomática, a Codicologia, a Hermenêutica, etc. -, tinha por missão principal garantir ou restituir a forma e a mensagem originais de um texto ou documento que, pelos naturais problemas de conservação, reprodução e transmissão, corriam risco de não se preservarem em sua integridade, a crítica genética moderna, embora não dispense tais recursos nem objetivos, quer principalmente “mapear” o percurso da escritura, com suas variantes, rasuras, emendas

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

e toda sorte de modificações que configuram a “gênese” do texto como espaço onde o escritor atesta as muitas alternativas que o processo criativo, tanto como experiência pessoal quanto como prática histórica e social da escritura, vai pondo diante de si. (BRANDÃO, 2002, p. 9).

É justo ressaltarmos, também, alguns centros de pesquisa de mais relevo na prática da pesquisa filológica no Brasil, ainda que restritos em comparação ao que poderia ser muito mais amplo. No estado da Bahia se concentram vários pesquisadores e são oferecidos cursos de mestrado e doutorado em filologia românica e linguística histórica, donde advêm muitos trabalhos publicados nessas áreas. Há publicação da revista *Scripta Philologica* editada na cidade de Feira de Santana, em suporte eletrônico, com trabalhos de vários pesquisadores. Em 2011 saiu a edição de número sete dessa revista. É ainda do estado da Bahia a organização dos *Seminários de Estudos Filológicos* (SEF), que vem ocorrendo anualmente desde 2006. Cada ano o evento é realizado em uma universidade diferente, e conta com a participação de um público cada vez mais interessado nos estudos de filologia. Os trabalhos apresentados durante os seminários são publicados em formas de anais e versam sobre os diversos aspectos filológicos.

Em São Paulo há pesquisa de pós-graduação em filologia e é de lá a *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, que já conta com edição de número XIII. No estado do Rio de Janeiro, centro tradicional de filologia no Brasil, permanece a tradição com o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL), a publicação da *Revista Philologus*, com seus vários números de edição, e a Academia Brasileira de Filologia, que publica também uma revista. Há ainda o congresso anual organizado pelo CiFEFiL, realizado sempre na última semana do mês de agosto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, que já conta com a XVI edição. São essas algumas notícias do desenvolvimento da filologia, atualmente, no Brasil, que perpassam o nosso conhecimento. Claro que não se esgotam aqui os trabalhos individuais, as publicações, os eventos, os grupos de pesquisas espalhados por nosso país. Não pretendemos apresentá-los todos, somente situar nossa matéria de estudo. De modo geral podemos dizer que estão muito bem consolidados os estudos filológicos brasileiros.

6. Conclusão

Abordamos neste trabalho questões atinentes aos conceitos e à de-

limitação da filologia e contextualizamos os estudos filológicos brasileiros. Adotamos aqui a concepção de filologia como uma ciência de larga abrangência e de caráter interdisciplinar, centrada prioritariamente no texto escrito que revela as tradições discursivas da língua e tais tradições são condicionadas pelas vivências socioculturais de comunidades que produzem os textos escritos.

Entendemos que a leitura e a compreensão de um texto ocorrem de forma integral e, para que essa integralidade seja de fato efetivada, necessário é adentrarmos nas profundezas do texto, através das pistas apresentadas que apontam os caminhos para se esclarecer os fatos, discutir os dados citados e compreender o contexto em que o texto materializou-se. As informações atinentes ao léxico, à etimologia e demais áreas como também aos acontecimentos e fatos históricos podem ser esclarecidas por meio dos textos bem editados. Não prescindimos da historicidade dos textos quando estudamos a língua em qualquer que seja o seu aspecto.

Apresentamos a delimitação dos estudos filológicos no Brasil, alguns devotados estudiosos da língua portuguesa na perspectiva filológica e indicamos alguns centros de estudos filológicos brasileiros que mantêm a cultura milenar e a tradição e interpretar um texto com todas as suas idiossincrasias.

Julgamos muito pertinentes as reflexões sobre o tema, apresentadas aqui por diversos pensadores, por trazer informações e reflexões que ampliam as discussões e os conhecimentos o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida (Org.). *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina*: Manuscritos setecentistas e oitocentistas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; VASCONCELOS, Celciane Alves (Org.). *Scripturae na Villa de Pernagoa*: Manuscritos setecentistas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Vol. I: história externa das línguas. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *Elementos de filologia românica*. Vol. II: história interna das línguas. São Paulo: Edusp, 2010.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O contexto dos textos coloniais. In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002, v. 3, p. 421-431

_____. *et al. Corpus diacrônico do Rio de Janeiro: cartas pessoais – séculos XVIII-XIX*. Rio de Janeiro: Labor-Histórico, 2003. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/phpb-rj/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

BALDWIN, Elisabeth. A edição genética de *A Festa*, um episódio da obra de Jorge Amado *O Sumiço da Santa*, uma história de feitiçaria. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição R.; QUEIROZ, Rita de Cássia R. de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 117-140.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franlin. *Noções de paleografia e de diplomática*. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Apresentação. In: ZULAR, Roberto. *Criação em processo: ensaios de crítica genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 9-12.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. 3. ed. Madrid: Gredos, 1990.

CEIA, Carlos; MARQUILHAS, Maria Rita Braga. Edição Crítica. In: CEIA, Carlos (Org.). *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ELIA, Sílvio. *Ensaio de filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1963.

_____. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. *As concepções lin-*

guísticas no século XIX: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GLOSSÁRIO de crítica textual. Mestrado em edição de textos. Disponível em <<http://www.fcsh.unl.pt/cursos/etexto/glossario/intro.htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.

GUEDES, Marymarcia; BERLINK, Rosane de Andrade (Org.). *E os preços eram commodos... Anúncios de jornais brasileiros no século XIX.* São Paulo: Humanitas, 2000.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Verbete filologia Disponível em: <<http://dic.busca.uol.com.br/result.html?t=10&ref=homeuol&ad=on&q=filologia&group=0&x=37&y=12>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

LAMAS, Óscar Loureda. Bolonia, la filología y Venus ante el espejo. *Revista Electrónica de Estudios Filológicos.* 2009, p. 19-31. Disponível em: <<http://www.tonosdigital.es/ojs/index.php/tonos/article/view/297/206>>. Acesso em: 9 mar. 2009.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica.* 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da linguística moderna.* Tradução de Izidoro Blikstein, José Paulo Paes e Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1977.

LOBO, Tânia. *Cartas baianas setecentistas* (Org.). São Paulo: Humanitas, 2001.

MARQUILHAS, Maria Rita Braga. Filologia. In: CEIA, Carlos (Org.). *E-Dicionário de termos literários.* Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

_____. Diplomática. In: CEIA, Carlos (Org.). *E-Dicionário de termos literários.* Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro.* São Paulo: Humanitas, 2001, vol. I, tomo II.

MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia portuguesa no Brasil. *Revista de Documentos de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 1-22, 1999.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (Org.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê, 2005.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.

NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1932.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. *A escrita autobiográfica de doutor Remédios Monteiro*: edição de suas memórias. Salvador: Quarteto, 2006.

_____. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: Edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007.

RIGHI, Gaetano. *História de la filología clásica*. Barcelona: Labor, 1967.

SILVA, José Pereira da. Edição crítica. In: _____. (Org.). *Livro dos minicursos do XI CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2007, p. 169-180.

SILVA NETO, Serafim da. *Língua, cultura e civilização*: estudo de filologia portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

SWIGGERS, Pierre. Filologia e linguística: enlace, divórcio, reconciliação. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 2, p. 4-15, 1998.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, 1912.

XIMENES, Expedito Eloísio. *Os clíticos nos autos de querrela do século XIX, no Ceará*: edição filológica e análise linguística. 2004, 2v. 442 f. Dissertação de Mestrado em Linguística. Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ZANON, Marilena e FACCINA, Rosimeire Leão da Silva. A arte da gramática da língua portuguesa, de Reis Lobato, e sua contribuição para o ensino do português no Brasil do século XVIII. In: BASTOS, Neusa M. O. Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramática e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 75-89.